



**TIAGO CAIADO GUERREIRO**  
Advogado fiscalista

## Cidadãos de 1ª e de 2ª

**Se o receio fiscal pode ser uma forma eficaz de levar ao cumprimento da lei, o terror fiscal junto com o arbítrio que se vive actualmente em Portugal pode gerar o oposto.**

A Administração Fiscal, pressionada pelo poder político, anda desesperada para aumentar a receita fiscal.

Actualmente, tudo o que dê dinheiro, mesmo com o atropelo da lei e dos direitos dos contribuintes, parece ser admissível.

O terror fiscal instalou-se em Portugal, como muito bem mencionava Nicolau Santos na sua crónica no "Expresso" de há duas semanas.

Se o receio fiscal pode ser uma forma eficaz de levar ao cumprimento da lei, o terror fiscal junto com o arbítrio que se vive actualmente em Portugal pode gerar o oposto: a sensação de que é indiferente cumprir ou não a lei, dado que é, de qualquer maneira, os contribuintes irão ter problemas fiscais.

Acresce que a maior parte dos contribuintes começa a abrir os olhos para o que se passa em Portugal.

Em Portugal existem cidadãos de primeira e de segunda. Os cidadãos de primeira estão no sector público, ou são reformados do sector público. Têm salários 30% a 40% mais

elevados do que os do sector privado, trabalham menos horas, não podem ser despedidos e têm um conjunto de direitos sociais e de saúde que não estão disponíveis para o sector privado.

Já quanto às reformas, a situação ainda é mais grave, os reformados do sector público trabalharam menos anos, menos tempo, menos horas por dia e têm reformas 3 vezes superiores às do sector privado e, como se isto não bastasse, têm um regime de saúde particularmente generoso só para eles.

Na verdade e independentemente de haver, como em qualquer lugar, pessoas no sector público com grande capacidade de trabalho, profissionalismo e qualidade técnica, não se justifica um tratamento desigual, entre o sector público e privado.

A Administração Fiscal tem no meio disto um papel ingrato. É que tira ao sector privado, cada vez mais pobre, os recursos para manter este "status quo": 50% da riqueza do país vai para despesas do Estado, dos quais uma grande parte são salários, reformas e privilégios do sector público.

Como se isto não bastasse, até os desempregados estão a ser feitos reféns do actual sistema.

Os contratos mais básicos de prestação de serviços, com salários de 500 euros, 600 euros obrigam agora a um desconto mensal de

150 euros. Haverá maior violência que esta? Tirar a oportunidade de trabalho a quem quer trabalhar ou grande parte de um salário baixo para pagar os vícios do sector público.

Respeito e admiração correm reformista do actual Governo embora ache que a pressão fiscal, em Portugal, atingiu níveis inaceitáveis e que os regimes do sector público e do sector privado têm que ser igualizados. Há demasiadas pessoas a suportar uma elevada pressão fiscal e que nada recebem em troca. Não é preciso ser-se um génio para saber que ou se investe o estado das coisas ou ainda poderemos voltar a ter uma "Maria da Fonte" em Portugal.

O poder político deve cuidadosamente observar os sinais de esgotamento do sistema e

**Respeito e admiração correm reformista do actual Governo, embora ache que a pressão fiscal, em Portugal, atingiu níveis inaceitáveis e que os regimes do sector público e do sector privado têm que ser igualizados.**

do sector privado. Não falo aqui das greves e corporações do sector público que não querem ver reduzidos alguns dos seus elevadíssimos privilégios, mas sim do povo que começa, em todas as conversas, a revelar o seu desespero e amargura, ingredientes que de um momento para o outro, poderão dar origem a uma explosão social na qual todos seríamos perdedores.

Há, no entanto, soluções para esta situação. Primeiro, deixar de haver cidadãos de primeira e de segunda em Portugal, igualizando os salários, horas de trabalho, sistemas de saúde e reformas, reduzindo ao mesmo tempo a despesa pública e libertando recursos para o sector privado poder investir e criar riqueza e emprego.

Segundo, descer os impostos e aplicá-los com mais justiça a todos (incluindo o futebol e outros intocáveis).

Terceto, acabar com as complexas leis e regulamentos para as empresas que servem apenas para que os corruptos se aproveitem delas para obter quantias ilícitas e impedir os honestos de trabalharem.

O Governo tem maioria absoluta e o apoio do Presidente da República, nas reformas essenciais para o país. Para o bem de todos nós é bom que não desperdice esta oportunidade... ■

tguerreiro@fcguerreiro.com